

# Companhia Energética do Jari – CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001–62



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

### Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	97.839	75.103
Concessionárias	4	45.960	45.846
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	16.151	17.342
Outros tributos compensáveis	5	3.695	3.936
Estoques	10	4.690	4.858
Prêmio de risco - GSF	9	2.294	2.294
Outros créditos	11	1.378	1.198
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>172.007</b>	<b>150.577</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	8	28.148	22.294
Prêmio de risco - GSF	9	7.455	9.748
Outros Créditos	11	309	725
		<b>35.912</b>	<b>32.767</b>
Imobilizado	12	995.170	1.005.301
Intangível	13	418.273	440.682
		<b>1.413.443</b>	<b>1.445.983</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.449.355</b>	<b>1.478.750</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.621.362</b>	<b>1.629.327</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	113.924	106.705
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	50.801	54.289
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	4.600	1.382
Outros tributos a recolher	5	10.451	13.211
Dividendos	15	42.276	59.912
Uso do bem público	17	2.950	2.822
Provisões	18	8.742	5.998
Outras contas a pagar	11	2.526	2.218
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>236.270</b>	<b>246.537</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	294.503	341.451
PIS e COFINS diferidos	6	25	20
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	107.613	110.376
Uso do bem público	17	32.719	31.367
Provisões	18	4.266	10.329
Outras contas a pagar	11	22	18
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>439.148</b>	<b>493.561</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	19.1	650.824	650.824
Reservas de lucros	19.3	295.120	238.405
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>945.944</b>	<b>889.229</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.621.362</b>	<b>1.629.327</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2024	2023
<b>Receitas</b>	20	<b>353.241</b>	<b>338.638</b>
<b>Custo da operação e do serviço de energia elétrica</b>	21		
Custo do serviço de energia elétrica		(66.705)	(68.133)
Custo de operação		(52.120)	(49.665)
		<b>(118.825)</b>	<b>(117.798)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>234.416</b>	<b>220.840</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21		
Despesas gerais e administrativas		(23.312)	(25.143)
Outras despesas e receitas operacionais		8.081	(181)
		<b>(15.231)</b>	<b>(25.324)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>219.185</b>	<b>195.516</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22		
Receitas financeiras		14.444	35.886
Despesas financeiras		(42.147)	(35.902)
		<b>(27.703)</b>	<b>(16)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>191.482</b>	<b>195.500</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.321)	(9.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.763	3.363
		<b>(7.558)</b>	<b>(6.215)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>183.924</b>	<b>189.285</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	24		
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)		7,13050	7,33833
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>183.924</b>	<b>189.285</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>183.924</b>	<b>189.285</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>438.168</b>	<b>416.393</b>
Receita operacional	407.123	391.173
Receita relativa à construção de ativos próprios	22.857	24.922
Outras receitas	8.188	298
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(112.111)</b>	<b>(116.014)</b>
Custos da energia comprada	(31.298)	(41.854)
Encargos de uso da rede elétrica	(42.186)	(33.207)
Materiais	(6.317)	(6.961)
Serviços de terceiros	(20.098)	(33.334)
Outros custos operacionais	(11.614)	(658)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>326.057</b>	<b>300.379</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(52.260)	(52.715)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>273.797</b>	<b>247.664</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	15.197	37.641
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>288.994</b>	<b>285.305</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	5.650	5.484
Benefícios	2.090	1.880
FGTS	472	562
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	50.844	48.477
Estaduais	3.866	3.714
Municipais	1	1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	42.147	35.902
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	49.737	70.485
	<b>154.807</b>	<b>166.505</b>
Lucros retidos	134.187	118.800
	<b>288.994</b>	<b>285.305</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>850.824</b>	<b>187.475</b>	-	<b>1.038.299</b>
Redução de capital - AGE de 26/10/2023	(200.000)			(200.000)
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 28/04/2023		(67.870)		(67.870)
Lucro líquido do exercício			189.285	189.285
Constituição de reserva legal		9.464	(9.464)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		31.862	(31.862)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 21/12/2023		77.474	(70.485)	(70.485)
Dividendos adicional propostos			(77.474)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>650.824</b>	<b>238.405</b>	-	<b>889.229</b>
<b>Capital social</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>650.824</b>	<b>238.405</b>	-	<b>889.229</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2024		(77.472)		(77.472)
Lucro líquido do exercício			183.924	183.924
Constituição de reserva legal		9.196	(9.196)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		31.225	(31.225)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2024			(49.737)	(49.737)
Dividendos adicional propostos		93.766	(93.766)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>650.824</b>	<b>295.120</b>	-	<b>945.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		191.482	195.500
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
PIS e COFINS diferidos		5	5
Depreciações e amortizações		52.260	52.715
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1.165	2.391
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.293	2.294
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		31.749	36.869
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		4.421	1.102
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.824)	749
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.274	(282)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		72	(112)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.879)	(2.810)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.050)	(1.424)
Fator de Indisponibilidade - FID		5.031	(2.792)
Ressarcimento de seguro		1.972	
		<b>282.971</b>	<b>284.205</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Concessionárias		(114)	(2.162)
Outros tributos compensáveis		(9.933)	(18.108)
Outros ativos operacionais		404	4.910
		<b>(9.643)</b>	<b>(15.460)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		2.188	(3.400)
Outros tributos a recolher		6.429	4.509
Provisões		(1.769)	(1.573)
Uso do bem público		(2.941)	(3.080)
Outros passivos operacionais		240	(644)
		<b>4.147</b>	<b>(4.188)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>277.475</b>	<b>264.557</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.338)	(11.864)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>267.137</b>	<b>252.693</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(22.857)	(24.899)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(22.857)</b>	<b>(24.899)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções e depósitos vinculados		(1.975)	5.982
Redução de capital social			(200.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(137.384)	(122.992)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(53.420)	(53.018)
Pagamentos de encargos de dívidas		(38.765)	(32.475)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>	26.1	<b>(221.544)</b>	<b>(402.503)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>22.736</b>	<b>(174.709)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		97.839	75.103
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.103	249.812
		<b>22.736</b>	<b>(174.709)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

##### 1.1 Concessão

A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para a Companhia Energética do Jari - CEJA para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:

Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
					(MW)	(MWm)	Início	Término
Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 211,30MWm: (i) 190,00MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,18 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2024 para R\$226,15 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,20 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2024 para R\$154,55 por MWh, até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

A extensão é decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 113 dias, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

##### 1.1.1 Uso do bem público - UBPP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$3.022 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$35.669 (R\$34.189 em 31 de dezembro de 2023). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

##### 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

#### 2 Base de preparação

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting

Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

##### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

##### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

##### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões de natureza cíveis,

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**  
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

**2.8 Adoção de novas normas e interpretações vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1/IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/IAS 12/IFRS 7	Pronuncia-mento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio ( <i>funding</i> ) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio ( <i>funding</i> ) mínimo são quaisquer requisitos para custeio ( <i>funding</i> ) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronuncia-mento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12/IFRS 9	Pronuncia-mento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**2.9 Novas normas e interpretações não vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21/IFRS 1	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da Norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. A Norma introduz dois novos subtotais: lucro operacional e lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social, visando aumentar a comparabilidade entre entidades.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		10.478	14.455
Aplicações financeiras - renda fixa			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	87.361	60.648
<b>Total</b>		<b>97.839</b>	<b>75.103</b>
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.			
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.			
As aplicações são consolidadas por contraparte e por <i>rating</i> de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.			
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.			
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.			
<b>3.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB</b>			
Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.			

**7 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Passivo				Resultado	
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
<b>Concessionárias (Nota 4)</b>													
<b>Venda de energia elétrica</b>													
EDP Espírito Santo	Controle comum	209,02	01/01/2016 a 31/12/2044	781	842							7.435	7.172
EDP São Paulo	Controle comum	285,80	01/01/2016 a 31/12/2044	1.486	1.299							11.227	10.735
				<b>2.267</b>	<b>2.141</b>	-	-	-	-	-	-	<b>18.662</b>	<b>17.907</b>
<b>Fornecedores (Nota 14)</b>													
EDP Trading	Controle comum		01/01/2024 a 31/12/2025					2.124				(13.707)	
<b>Encargos de uso de rede</b>													
Mata Grande Transmissora	Controle comum (**)		01/11/2001 a 31/01/2033					1	1			(4)	(9)
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044					37	17			(268)	(221)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044					4	2			(34)	(26)
EDP Goiás	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044					19	12			(190)	(137)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum (*)		01/04/2013 a 01/12/2044						19			(63)	(255)
EDP Transmissão Norte	Controle comum		01/07/2024 a 30/11/2049					4				(19)	
<b>Contrato de prestação de serviços (a)</b>													
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 30/06/2026					54	52			(633)	(610)
				-	-	-	-	<b>2.243</b>	<b>103</b>	-	-	<b>(14.918)</b>	<b>(1.258)</b>
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)</b>													
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2025			236	236			22	17	(643)	-
				-	-	<b>236</b>	<b>236</b>	-	-	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>(643)</b>	-
				<b>2.267</b>	<b>2.141</b>	<b>236</b>	<b>236</b>	<b>2.243</b>	<b>103</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>3.101</b>	<b>16.649</b>

(\*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(\*\*) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 27.2).

**a) Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interligação junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Com vigência até 30 de junho de 2026, bem como ajustar pelo IPCA o valor mensal pago pela contratante, de R\$50 para R\$51,55, a partir de 01 de julho de 2023, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas neste contrato ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**7.2 Controladoras direta e finais**  
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

**7.3 Remuneração dos administradores**  
A Companhia não apresentou dispêndios com os profissionais chaves da Administração no exercício.

**8 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais	18	1.314	3	106	(1)	(2)	1.420
Depósitos vinculados	8.1	20.980	11.651	3.773	(9.676)		26.728
<b>Total Não circulante</b>		<b>22.294</b>	<b>11.654</b>	<b>3.879</b>	<b>(9.677)</b>	<b>(2)</b>	<b>28.148</b>

**8.1 Depósitos vinculados**

Refere-se à garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes o valor da próxima prestação a ser paga pela Companhia, cujas adições e resgates são efetuados diretamente na referida conta. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

**9 Prêmio de risco - GSF (Generation Scaling Factor)**

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no ACR, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140 de 24 de dezembro de 2015. No exercício de 2024 foram amortizados R\$2.523 (2.500 em 2023).

**10 Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

**4 Concessionárias**

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	45.960	45.846
<b>Total</b>	<b>45.960</b>	<b>45.846</b>

Os saldos são totalmente vinciendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos venciendos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.5.

**5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

	Saldo em Nota 31/12/2023	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2024
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	17.342			1.807	7.944	(6.320)	(4.622)	16.151
<b>Total Circulante</b>	<b>17.342</b>	-	-	<b>1.807</b>	<b>7.944</b>	<b>(6.320)</b>	<b>(4.622)</b>	<b>16.151</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
ICMS	124	-	(2)		4		(7)	119
PIS e COFINS	3.563	8.090		246		(2.238)	(8.088)	1.573
IRRF sobre aplicações financeiras	2	1.845					(91)	1.756
Retenções de Tributos Federais de órgãos públicos	247							247
<b>Total Circulante</b>	<b>3.936</b>	<b>9.935</b>	<b>(2)</b>	<b>246</b>	<b>4</b>	<b>(2.238)</b>	<b>(8.186)</b>	<b>3.695</b>
<b>Passivos a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.382	10.321			(2.390)		(4.713)	4.600
<b>Total Circulante</b>	<b>1.382</b>	<b>10.321</b>	-	-	<b>(2.390)</b>	-	<b>(4.713)</b>	<b>4.600</b>
<b>Outros tributos a recolher</b>								
ICMS	112	4.351			(4.404)		(7)	52
PIS e COFINS	2.082	36.376			(25.574)	(2.774)	(8.088)	2.022
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	78	1.577		3	(1.172)			486
IRRF sobre juros s/capital próprio	5.2	10.573	7.461		(4.789)	(5.784)		7.461
Encargos com pessoal	249	2.252			(2.071)			430
Outros	117				(117)			
<b>Total Circulante</b>	<b>13.211</b>	<b>52.017</b>	-	<b>3</b>	<b>(38.127)</b>	<b>(8.558)</b>	<b>(8.095)</b>	<b>10.451</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**5.1 PIS e COFINS**

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.573 (R\$3.563 em 31 de dezembro de 2023) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que são compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

**5.2 IRRF sobre juros s/capital próprio**

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 7.461 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024, integralmente liquidado em janeiro de 2025.

**6 Tributos diferidos**

		Passivo Não circulante
	Nota	31/12/2024
PIS e COFINS		25
Imposto de renda e contribuição social	6.1	107.613
<b>Total</b>		<b>107.638</b>

**6.1 Imposto de renda e contribuição social**

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**6.1.1 Composição**

	Ativo Não circulante	Passivo Não circulante	Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízos fiscais	27.635	29.362	(1.727)	141
Base negativa da contribuição social		2.502	(2.502)	(3.575)
<b>Total</b>	<b>27.635</b>	<b>31.864</b>	<b>-</b>	<b>(3.434)</b>
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	1.022	(997)	(78)
Direito de concessão - Outros			6.567	6.567
Uso do bem público - CPC 25	22.570	22.176	14.748	15.072
Direito de concessão - Outros			4.505	4.720
Licenças ambientais	4.178	4.309	6.012	6.392

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11.4.1 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)**  
O montante de R\$223 refere-se ao saldo a pagar, conforme a resolução nº 67/2001 da ANEEL, onde estabelece o pagamento mensal do citado encargo pelos concessionários e autorizados para a produção de energia hidrelétrica. O aumento do saldo no exercício ocorreu devido a menor geração hídrica entre os períodos em aproximadamente -8.046MWh e pelo aumento da TAR (Tarifa Atualizada de Referência), que em 2023 era de R\$89,79 e em 2024 passou a ser R\$94,45.  
**11.4.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**  
Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

**12 Imobilizado**  
São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.  
O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.  
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.  
No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(85.762)	319.710	2,05	405.472	(77.444)	328.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(77.438)	275.871	2,13	353.309	(69.910)	283.399
Máquinas e equipamentos	2,99	423.679	(127.873)	295.806	2,99	424.085	(115.228)	308.857
Veículos	14,29	1.362	(1.356)	6	14,29	1.362	(1.352)	10
Móveis e utensílios	6,25	78	(27)	51	6,25	78	(22)	56
		<b>1.184.659</b>	<b>(292.456)</b>	<b>892.203</b>		<b>1.185.065</b>	<b>(263.956)</b>	<b>921.109</b>
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(1.004)	1.915	3,33	2.919	(907)	2.012
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(12.298)	24.807	3,23	37.105	(11.101)	26.004
		<b>40.024</b>	<b>(13.302)</b>	<b>26.722</b>		<b>40.024</b>	<b>(12.008)</b>	<b>28.016</b>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	143	(30)	113	3,33	143	(26)	117
Máquinas e equipamentos	15,63	286	(142)	144	15,17	192	(114)	78
Veículos	14,29	50	(44)	6	14,29	50	(38)	12
Móveis e utensílios	9,21	500	(284)	216	7,99	500	(257)	243
		<b>979</b>	<b>(500)</b>	<b>479</b>		<b>885</b>	<b>(435)</b>	<b>450</b>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>1.225.662</b>	<b>(306.258)</b>	<b>919.404</b>		<b>1.225.974</b>	<b>(276.399)</b>	<b>949.575</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração		75.473		75.473		55.294		55.294
Administração		293		293		432		432
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>75.766</b>	<b>-</b>	<b>75.766</b>		<b>55.726</b>	<b>-</b>	<b>55.726</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>1.301.428</b>	<b>(306.258)</b>	<b>995.170</b>		<b>1.281.700</b>	<b>(276.399)</b>	<b>1.005.301</b>

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Outros (Nota 12.2.2)
<b>Imobilizado em serviço</b>				
Terrenos	759			759
Reservatórios, barragens e adutoras	328.028			319.710
Edificações, obras civis e benfeitorias	285.528			277.899
Máquinas e equipamentos	334.939	198		320.757
Veículos	22			12
Móveis e utensílios	299			267
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>949.575</b>	<b>-</b>	<b>198</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado em curso</b>				
Máquinas e equipamentos	48.446	22.189		69.900
Outros	7.280	558		5.866
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>55.726</b>	<b>22.747</b>	<b>(198)</b>	<b>(1.972)</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.005.301</b>	<b>22.747</b>	<b>-</b>	<b>(1.972)</b>

**12.2.1 Ingressos**  
Os ingressos referem-se a: (i) investimentos realizados no tratamento da supressão da barragem e no vertedouro; (ii) modernização de sistemas operacionais; e (iii) aquisição de uma embarcação.  
**12.2.2 Outros**  
O montante refere-se à reversão de contingências do período da construção da usina, foi julgada improcedente em 3ª instância, resultando em ressarcimentos de seguros.

**13 Intangível**  
Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).  
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2024				31/12/2023			
										Encargos Principal			Total	Encargos Principal			Total
										Circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Circulante	Não circulante	
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%. Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.	TJLP + 1,86% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de Receitas.	1.160	49.702	294.653	345.515	1.280	53.079	341.661	396.020
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação			(61)	(150)	(211)		(70)	(210)	(280)
										1.160	49.641	294.503	345.304	1.280	53.009	341.451	395.740

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.  
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.  
O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$345.515 em 31 de dezembro de 2024 (R\$396.020 em 31 de dezembro de 2023).  
A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação
<b>16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas</b>				
<b>Circulante</b>				
Principal	53.079	(53.420)		677
Juros	1.280	(28.765)	28.645	1.160
Custo de transação	(70)		(60)	(61)
	<b>54.289</b>	<b>(82.185)</b>	<b>28.645</b>	<b>677</b>
<b>Não circulante</b>				
Principal	341.662		(49.366)	294.654
Custo de transação	(211)		60	(151)
	<b>341.451</b>	<b>-</b>	<b>(49.306)</b>	<b>294.503</b>
<b>16.3 Vencimento das parcelas</b>				
<b>Vencimento</b>				
<b>Circulante</b>				
2025				50.801
				<b>50.801</b>
<b>Não circulante</b>				
2026				51.061
2027				52.525
2028				54.013
2029				136.904
				<b>294.503</b>
<b>Total</b>				<b>345.304</b>

**17 Uso do Bem Público - UBP**  
Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).  
O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 3 de junho de 2011, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.  
A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo indexador de inflação IGP-M e ajustado a valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6,86% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.  
Segue abaixo movimentação do exercício:

	31/12/2023		31/12/2024	
	Valor líquido em 31/12/2023	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Circulante</b>				
Uso do Bem Público	2.822	(5)	63	2.950
	<b>2.822</b>	<b>(5)</b>	<b>63</b>	<b>2.950</b>
<b>Não Circulante</b>				
Uso do Bem Público	31.367	328	4.035	32.719
	<b>31.367</b>	<b>328</b>	<b>4.035</b>	<b>32.719</b>

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	21,52	18.939	(13.636)	5.303	25,78	18.939	(11.909)	7.030
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,31	19.093	(6.430)	12.663	3,31	19.093	(5.798)	13.295
Direito de concessão - GSF	4,08	15.529	(2.282)	13.247	4,11	15.529	(1.646)	13.883
		<b>53.561</b>	<b>(22.348)</b>	<b>31.213</b>		<b>53.561</b>	<b>(19.353)</b>	<b>34.208</b>
Administração								
Software	20,00	848	(412)	436	20,00	576	(320)	256
Direito de concessão - Outros	3,31	584.274	(197.977)	386.297	3,31	584.274	(178.663)	405.611
		<b>585.122</b>	<b>(198.389)</b>	<b>386.733</b>		<b>584.850</b>	<b>(178.983)</b>	<b>405.867</b>
<b>Total do Intangível em serviço</b>		<b>638.683</b>	<b>(220.737)</b>	<b>417.946</b>		<b>638.411</b>	<b>(198.336)</b>	<b>440.075</b>
<b>Intangível em curso</b>								
Geração		240		240		346		346
Administração		87		87		261		261
<b>Total do Intangível em curso</b>		<b>327</b>	<b>-</b>	<b>327</b>		<b>607</b>	<b>-</b>	<b>607</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>639.010</b>	<b>(220.737)</b>	<b>418.273</b>		<b>639.018</b>	<b>(198.336)</b>	<b>440.682</b>

	31/12/2023		31/12/2024	
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transf. intangível em serviço	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Intangível em serviço</b>				
Software	256		271	436
Direito de concessão - Licenças ambientais	7.030		(91)	5.303
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.295		(1.727)	12.663
Direito de concessão - GSF	13.883		(636)	13.247
Direito de concessão - Outros	405.611		(19.314)	386.297
<b>Total do Intangível em serviço</b>	<b>440.075</b>	<b>-</b>	<b>271</b>	<b>417.946</b>
<b>Intangível em curso</b>				
Outros Intangíveis em curso	607	110	(271)	327
<b>Total do Intangível em curso</b>	<b>607</b>	<b>110</b>	<b>(271)</b>	<b>327</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>440.682</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>418.273</b>

**13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**  
Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Jari. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em setembro de 2014, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).  
Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão.  
**13.2.2 Direito de concessão - GSF**  
Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento de 19,9 meses na concessão da Companhia, conforme Resolução Autorizativa nº 11.715/2022.  
**13.2.3 Direito de concessão - Outros**  
Refere-se à alocação do preço de compra relativa à transferência da participação na concessão da UHE Jari, para a Companhia, anuído em 20 de dezembro de 2011 pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, conforme requerido pelo CPC 15 (R1). A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação da UHE Jari e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1).

	31/12/2023		31/12/2024	
	Nota	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica		2.216	2.371	
Encargos de uso da rede elétrica		4.702	3.038	
Operações CCEE	14,1	87.758	81.260	
Materiais e serviços	14,2	19.248	20.036	
<b>Total</b>		<b>113.924</b>	<b>106.705</b>	

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.  
**14.1 Operações CCEE**  
O saldo de R\$87.758 em 31 de dezembro de 2024 (R\$81.260 em 31 de dezembro de 2023) refere-se, substancialmente: (i) ao saldo que foi impactado pela obtenção de liminar com vistas ao restabelecimento do FID (Fator de Indisponibilidade), compreendidos entre o período de agosto de 2015 e setembro de 2023, atualizado monetariamente pelo IGP-M, classificado como provisão até o trânsito em julgado da ação judicial; e (ii) às operações de compra de energia no curto prazo a serem liquidadas.  
O resultado da aplicação do novo FID, bem como as operações com a CCEE, até 31 de dezembro de 2024 pode ser observado abaixo:

	31/12/2024
FID liminar período agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2024	50.691
Atualização monetária	29.566
Saldo Liminar em 31 de dezembro de 2024	80.257
Liquidações CCEE	2.500
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.757

**14.2 Materiais e serviços**

A redução no exercício é decorrente de custos com serviços de manutenção da UG02 e a aquisição de equipamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.1.3 Risco de perda remota**  
Existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.415 (R\$908 em 31 de dezembro de 2023).

**18.2 Licenças ambientais**  
O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$12.288 (R\$12.674 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadaas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/14 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 13 de maio de 2014, sendo retificada em 9 de março de 2015, autorizando a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LO era válida pelo período de 4 anos, a contar da data da retificação, vencendo em 8 de março de 2019. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, sendo que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7,00% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$1.660 (R\$606 em 31 de dezembro de 2023). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
Circulante	5.998	(1.660)	386	3.959	59	8.742
Não circulante	6.676		229	(3.959)	600	3.546
<b>Total</b>	<b>12.674</b>	<b>(1.660)</b>	<b>615</b>	<b>-</b>	<b>659</b>	<b>12.288</b>

**19 Patrimônio líquido**  
**19.1 Capital social**  
O capital social totalmente subscrito e integralizado 31 de dezembro de 2024 é de R\$650.824 e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
<b>Total</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>

**19.2 Destinação do lucro**  
O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:  
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;  
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e  
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		183.924	189.285
Constituição da reserva legal - 5%	19.3	(9.196)	(9.464)
		<b>174.728</b>	<b>179.821</b>
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos intermediários - JSCP	15	(49.737)	(70.485)
Incentivos fiscais	19.3.2	(31.225)	(31.862)
Dividendo adicional proposto	15	(93.766)	(77.474)
		<b>(174.728)</b>	<b>(179.821)</b>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		(1.92824)	(2.73261)
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares		(3.63519)	(3.00357)
<b>19.3 Reservas</b>			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Reservas de lucros</b>			
Legal	19.3.1	46.075	36.879
Dividendo adicional proposto	15	93.766	77.474
Incentivos fiscais	19.3.2	155.279	124.052
<b>Total</b>		<b>295.120</b>	<b>238.405</b>
<b>19.3.1 Reserva legal</b>			
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.			
<b>19.3.2 Reservas de incentivos fiscais</b>			
As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.			

**20 Receitas**  
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	MWh			R\$		
	Nota	2024	2023	2024	2023	
Suprimento de energia	20.1	1.852.546	1.847.484	401.257	383.714	
Energia de curto prazo	20.2	10.359	7.492	5.866	7.459	
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>1.862.905</b>	<b>1.854.976</b>	<b>407.123</b>	<b>391.173</b>	
(-) Deduções à receita operacional						
ICMS				(3.751)	(3.655)	
PIS/COFINS				(35.632)	(34.306)	
				<b>(39.383)</b>	<b>(37.961)</b>	
<b>Encargos do consumidor</b>						
P&D				(3.521)	(3.282)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(9.356)	(9.802)	
Outros encargos				(1.622)	(1.490)	
				<b>(14.499)</b>	<b>(14.574)</b>	
				<b>(53.882)</b>	<b>(52.535)</b>	
<b>Receita</b>		<b>1.862.905</b>	<b>1.854.976</b>	<b>353.241</b>	<b>338.638</b>	
<b>20.1 Suprimento de energia</b>						
Variação no exercício refere-se ao reajuste dos contratos de suprimento de energia, que são indexados ao IPCA e sofreram um reajuste acumulado de 4,83%, aumentando a receita para o exercício de 2024.						
<b>20.2 Energia de curto prazo</b>						
Variação no exercício refere-se, principalmente, a dois fatores: (i) redução das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2024 quando comparado ao exercício de 2023, devido ao encerramento de alguns contratos de compra de energia; e (ii) piora do GSF médio anual de 2024 quando comparado ao mesmo exercício do ano anterior.						

**21 Gastos operacionais**  
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2024				2023			
	Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais	
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
	Nota			Total				Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	28.224		28.224	37.833			37.833
Encargos de uso da rede elétrica		38.284		38.284	30.136			30.136
<b>Pessoal</b>								
Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	8.125	754	8.879	6.641	622		7.263
Material		2.135	22	2.157	3.423	56		3.479
Serviços de terceiros	21.3	8.569	1.353	9.922	8.495	1.101		9.596
Depreciação - Imobilizado em serviço		29.853	7	29.860	30.030			30.030
Amortização		3.072	19.328	22.400	1.014	21.671		22.685
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(8.188)	(8.188)			(372)
Outras		197	366	1.848	107	2.518	1.693	553
<b>Total</b>		<b>66.705</b>	<b>52.120</b>	<b>23.312 (8.081)</b>	<b>134.056</b>	<b>68.133</b>	<b>49.665</b>	<b>25.143</b>
								<b>181 143.122</b>

**21.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	2024	2023
Contratos de compra de energia por quantidade	21.1.1	14.571	27.921
Energia de curto prazo	21.1.2	46.939	19.764
Outros		635	(546)
(-) Ressarcimentos CCEE	21.1.3	(31.044)	(5.450)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(2.877)	(3.856)
		<b>28.224</b>	<b>37.833</b>

**21.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade**  
A variação no exercício deve-se, substancialmente, ao encerramento de três contratos de compra de energia com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 que foram firmados devido a estratégia da Companhia em 2023.

**21.1.2 Energia de curto prazo**  
A variação no exercício é decorrente de dois fatores: (i) maior exposição energética durante o exercício de 2024, quando comparado ao exercício de 2023, devido ao encerramento dos contratos de compra de energia (nota 21.1.1), desta forma a Companhia teve que comprar energia no mercado de curto prazo; e (ii) menor geração de energia na usina com o aumento no PLD médio em 2024 de R\$127/MWh quando comparado com 2023 que foi de R\$72/MWh.

**21.1.3 Ressarcimentos CCEE**  
A variação no exercício deve-se aos níveis mais baixos do GSF observados no ano de 2024, além do aumento do PLD médio nesse exercício, o que resultou em maiores ressarcimentos. Em 2023, a média do PLD foi de R\$72,17, em 2024 a média aumentou para R\$127,88.

**21.2 Pessoal**

	2024	2023
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	4.358	3.637
Encargos	1.778	1.267
Despesas rescisórias	169	161
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	525	396
Outros benefícios - Corrente	2.070	1.791
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(80)	(91)
Outros	38	76
	<b>8.856</b>	<b>7.237</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos	42	15
Benefícios dos administradores	(19)	11
	<b>23</b>	<b>26</b>
	<b>8.879</b>	<b>7.263</b>

	2024	2023
<b>21.3 Serviços de terceiros</b>		
Serviços de consultoria	1.095	1.201
Serviços de manutenção	6.106	6.264
Serviços de limpeza e vigilância	1.113	1.009
Serviços ambientais	315	436
Serviços de informática	844	594
Serviços de publicação e publicidade	99	57
Serviços de telecomunicações	273	340
Serviços de transporte	515	289
(-) Crédito de PIS/COFINS	(809)	(970)
Outros	371	376
	<b>9.922</b>	<b>9.596</b>

	Nota	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	12.201	35.530
Energia vendida		338	330
Depósitos judiciais		106	115
Juros e multa sobre tributos	5	2.053	1.448
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(753)	(1.755)
Outras receitas financeiras		499	218
		<b>14.444</b>	<b>35.886</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(31.749)	(36.869)
Juros e multa sobre tributos	5	(41)	(24)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1	975	(196)
Uso do bem público	22.1	(4.421)	(1.102)
Fator de Indisponibilidade - FID	22.1	(5.031)	2.792
Outros juros e variações monetárias		(1.274)	208
Outras despesas financeiras		(606)	(711)
		<b>(42.147)</b>	<b>(35.902)</b>
		<b>(27.703)</b>	<b>(16)</b>

**Total**  
**22.1 Uso do bem público - UBP e Fator de Indisponibilidade - FID**  
A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP e Fator de Indisponibilidade - FID referem-se, principalmente, ao indexador IGP-M, que ao longo de 2024 apresentou uma desaceleração, quando comparado ao exercício em 2023, que teve uma variação negativa. Em 2024 a taxa é de 6,37% no acumulado (-3,36% em 31 de dezembro de 2023).

**23 Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	191.482	195.500
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<b>(65.104)</b>	<b>(66.470)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(14)	(10)
Juros sobre o capital próprio	16.911	23.965
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	6.567	6.567
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	2.047	(2.233)
Efeito tributário de créditos extemporâneos	7	54
Incentivos fiscais		
SUDAM	31.225	31.862
Outros	803	50
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(7.558)</b>	<b>(6.215)</b>
Alíquota Efetiva	3,95%	3,18%

**23.1 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM**  
A Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 030/2021, expedido pelo motivo da incorporação da ECE Participações, em substituição ao Laudo Constitutivo nº 24/2018, de 23 de abril de 2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos, a partir do exercício fiscal de 2018.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais na Companhia.

**23.2 Outros**  
A variação é decorrente da exclusão da receita de atualização SELIC da base de cálculo do IRPJ e CSLL.

**24 Resultado por ação**  
O resultado básico por ação para os exercícios apresentados são calculados pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiuível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "restituível" e "diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	183.924	189.285
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	25.794	25.794
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<b>7,13050</b>	<b>7,33833</b>

**25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**  
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**25.1 Instrumentos financeiros**  
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**  
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras	Nível 2		87.361	60.648	87.361	60.648
			87.361	60.648	87.361	60.648
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento	4	Nível 2	10.478	14.455	10.478	14.455
Concessionárias	4	Nível 2	45.960	45.846	45.960	45.846
Cauções e depósitos vinculados	8	Nível 2	26.728	20.980	26.728	20.980
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2	236	236	236	236
			83.402	81.517	83.402	81.517
			170.763	142.165	170.763	142.165
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	113.924	106.705	113.924	106.705
Uso do bem público	17	Nível 2	34.623	27.716	35.669	34.189
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16					
Moeda nacional		Nível 2	345.304	395.740	345.304	395.740
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		Nível 2	22	17	22	17
Licenças ambientais	18.2	Nível 2	12.192	12.674	12.288	12.674
			506.065	542.852	507.207	549.325

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 16), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

**25.12.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**  
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**25.2 Gestão de risco**

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**25.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

**25.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano	2 a 5 anos	5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	87.361	7.730			7.730	1.896	3.779	(1.910)	(3.835)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	26.728	1.566	270		1.836	456	910	(457)	(915)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>114.089</b>	<b>9.296</b>	<b>270</b>	<b>-</b>	<b>9.566</b>	<b>2.352</b>	<b>4.689</b>	<b>(2.367)</b>	<b>(4.750)</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(345.515)	(29.882)	(62.994)	(4.609)	(97.485)	(18.611)	(36.934)	18.909	38.127
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(345.515)</b>	<b>(29.882)</b>	<b>(62.994)</b>	<b>(4.609)</b>	<b>(97.485)</b>	<b>(18.611)</b>	<b>(36.934)</b>	<b>18.909</b>	<b>38.127</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,72% e 4,47% a.a.; TJLP entre 12,21% e 3,41% a.a.

**25.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024							31/12/2023
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	
	3 meses							
<b>Passivos Financeiros</b>								
Fornecedores	1.597	111	112.216				113.924	106.705
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.253	12.335	33.213	270.244	24.259		345.304	395.740
Juros vinculados de Empréstimos e Financiamentos	3.36	4.085	21.044	41.705	27.593		97.693	117.337
Uso do bem público	252	504	2.303	9.498	53.824	(30.712)	35.669	34.189
Licenças ambientais	756	5.159	2.969	4.170		(766)	12.288	12.674
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					22		22	17
	<b>11.094</b>	<b>22.194</b>	<b>171.745</b>	<b>325.617</b>	<b>105.698</b>	<b>(31.478)</b>	<b>604.870</b>	<b>666.662</b>

**25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

**25.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2024 foi negativo na Companhia em R\$64.263 (R\$95.960 negativo em 31 de dezembro de 2023), devido às amortizações previstas dos Empréstimos e Financiamento. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de dívida ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

**25.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MwM, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

**25.2.4 Riscos ambientais**

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tanto isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Luis Fernando Mendonça de Barros Filho</b> Presidente	<b>Liyl Zhang</b> Conselheiro	<b>Maria Marta de Figueiredo Geraldes</b> Conselheira	<b>Silvio Alexandre Scucuglia da Silva</b> Conselheiro	<b>Evandro Leite Vasconcelos</b> Conselheiro
---	----------------------------------	--	---	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

<b>Luis Fernando Mendonça de Barros Filho</b> Diretor-Presidente	<b>Fernando Fleischer Ferrari</b> Diretor Financeiro	<b>Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca</b> Diretor Administrativo
---	---	---

CONTABILIDADE

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor - Accounting SA	<b>Alfredo Antonio Tessari Neto</b> Contador - CRC 1SP176534/O-5
--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Energética do Jari - CEJA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

**25.2.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantêm informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabeleça condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**25.2.6 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

		31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos		345.304	395.740
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(97.839)	(75.103)
(-) Cauções		(26.728)	(20.980)
Dívida líquida		<b>220.737</b>	<b>299.657</b>
Total do Patrimônio Líquido		945.944	889.229
Total do capital		<b>1.166.681</b>	<b>1.188.886</b>
Índice de alavancagem financeira - %		18,92%	25,20%

**26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**26.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2024				
		Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	8	20.980	1.975	3.773	-	26.728
		<b>20.980</b>	<b>1.975</b>	<b>3.773</b>	<b>-</b>	<b>26.728</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financeiro</b>						
Dívidas	15	59.912	(137.384)		119.748	42.276
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	395.740	(82.185)	3.035	28.714	345.304
		<b>455.652</b>	<b>(219.569)</b>	<b>3.035</b>	<b>148.462</b>	<b>387.580</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>						
<b>(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>434.672</b>	<b>(221.544)</b>		<b>(738)</b>	<b>360.852</b>

	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	2023			
			Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	24.267	(5.982)	2.695	-	20.980	
	<b>24.267</b>	<b>(5.982)</b>	<b>2.695</b>	<b>-</b>	<b>20.980</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financeiro</b>						
Dívidas	55.122	(122.992)		127.782	59.912	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	444.364	(85.493)	4.539	32.330	395.740	
Capital social	850.824	(200.000)			650.824	
	<b>1.350.310</b>	<b>(408.485)</b>	<b>4.539</b>	<b>160.112</b>	<b>1.106.476</b>	
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>						
<b>(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>	<b>1.326.043</b>	<b>(402.503)</b>		<b>1.844</b>	<b>160.112</b>	<b>1.085.496</b>

**26.2 Transações não envolvendo caixa**  
Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	119.748	127.782
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível		8.780
<b>Total</b>	<b>119.748</b>	<b>136.562</b>

**27 Compromissos contratuais e Garantias**

**27.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 20